

|                |  |
|----------------|--|
| <b>Título</b>  | <b>Desarranjo institucional de setor que quer estabilidade</b> |
| <b>Veículo</b> | <b>Revista O Empreiteiro</b>                                   |
| <b>Data</b>    | <b>01 Julho 2013</b>   |
| <b>Autor</b>   | <b>Claudio J. D. Sales</b>                                     |

Fórum de Opinião

## Desarranjo institucional de setor que quer estabilidade

*Claudio Sales\**

A implementação truculenta da Medida Provisória n° 579/2012 (depois convertida na Lei 12.783/2013 e que antecipou o vencimento de concessões de geração e transmissão de eletricidade) impôs reduções tarifárias e grande perda de valor às empresas do setor elétrico.

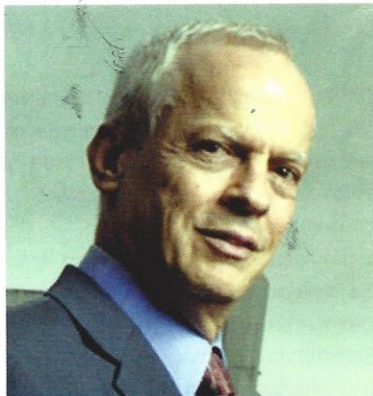
Além disso, contando com adesão total dos concessionários à MP 579, o governo cancelou o Leilão A-1 de 2012, que comercializaria a energia de contratos vencidos em 2012.

Como algumas geradoras não aderiram à MP 579, as distribuidoras precisaram comprar energia no mercado de curto prazo a preços elevados.

Para piorar a conjuntura, os reservatórios hidrelétricos estão baixos e todas as termelétricas do País têm sido acionadas a um custo que pode atingir R\$ 6 bilhões em 2013.

Diante do cenário aterrorizante para seus objetivos eleitorais (a queda de 20% da conta de luz), o governo publicou em março a Resolução n° 3 do CNPE, que busca expropriar o caixa das geradoras de energia ao impor que estas últimas passem a arcar com parte do custo termelétrico.

Uso político de estatais, uso eleitoral da tarifa, expropriação de caixa de agentes... Um desarranjo institucional completo num setor que requer estabilidade e confiança.



\*Claudio Sales é presidente do Instituto Acende Brasil

A implementação truculenta da Medida Provisória nº 579/2012 (depois convertida na Lei 12.783/2013 e que antecipou o vencimento de concessões de geração e transmissão de eletricidade) impôs reduções tarifárias e grande perda de valor às empresas do setor elétrico.

Além disso, contando com adesão total dos concessionários à MP 579, o governo cancelou o Leilão A-1 de 2012, que comercializaria a energia de contratos vencidos em 2012.

Como algumas geradoras não aderiram à MP 579, as distribuidoras precisaram comprar energia no mercado de curto prazo a preços elevados.

Para piorar a conjuntura, os reservatórios hidrelétricos estão baixos e todas as termelétricas do país têm sido acionadas a um custo que pode atingir R\$ 6 bilhões em 2013.

Diante do cenário aterrorizante para seus objetivos eleitorais (a queda de 20% da conta de luz), o governo publicou em março a Resolução nº 3 do CNPE, que busca expropriar o caixa das geradoras de energia ao impor que estas últimas passem a arcar com parte do custo termelétrico.

Uso político de estatais, uso eleitoral da tarifa, expropriação de caixa de agentes... Um desarranjo institucional completo num setor que requer estabilidade e confiança.

***Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))***